

FICHA TÉCNICA

A Academia Vai ao Cárcere

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	INICIATIVA ESTRATÉGICA
1. Promover o aperfeiçoamento do sistema de defesa social	1.7 Melhorar a execução penal e o sistema penitenciário	1.7.12 Elaborar parcerias com instituições não governamentais, inclusive entidades religiosas, visando a ações de humanização no cárcere

O PROJETO PODE TER UM TEMA VICULADO NO IDEA?

NÃO

EMENTA DO PROJETO

O Programa “A Academia vai ao Cárcere” tem por objetivo viabilizar uma série de ações próprias à Academia e de demandas inerentes ao sistema prisional baiano, como realização de pesquisas, trabalhos de extensão, cursos em várias modalidades, estágios supervisionados curricular e/ou reuniões científicas promovidas pela Universidade no âmbito do Sistema Penitenciário da Bahia.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Em janeiro de 2017, através do Ato nº 030, foi instituído pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra Ediene Lousado, o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Sistema Prisional do Estado da Bahia – GT_ASP, com a finalidade de realizar diagnóstico detalhado do sistema prisional, acompanhar e propor medidas voltadas ao enfrentamento dos problemas relacionados ao funcionamento das unidades prisionais em âmbito estadual.

Ao fim do trabalho realizado pelo GT_ASP, foi elaborado e apresentado à Procuradora-Geral de Justiça, documento descritivo com a situação das unidades prisionais, sob os mais diversos aspectos e os principais problemas encontrados, bem como se consolidou uma base de dados composta de informações parametrizadas, fotos, vídeos e áudios, coletadas ao longo da realização do diagnóstico.

O diagnóstico expôs graves problemas no sistema prisional baiano: gestão penitenciária ineficiente, capacitação deficitária dos quadros, ausência de profissionais do corpo técnico, instalações físicas deterioradas, mobiliários inadequados, deteriorados e insuficientes, baixíssimo nível de informatização de processos, domínio dos pátios das unidades por facções criminosas, baixo número de internos em atividades laborativas e educacionais, ausência de acompanhamento de reincidência, individualização da pena e separação por delitos, espaços físicos insalubres e

inseguros, ausência de procedimentos operacionais de segurança, ausência de tipologias arquitetônicas adequadas aos regimes de cumprimento de pena, ausência de participação da sociedade na fiscalização da gestão prisional, dentre outros.

Instada a posicionar-se sobre os graves problemas encontrados, a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização trouxe como um dos principais argumentos a insuficiência de quadros especializados nas suas diretorias e equipes técnicas das unidades prisionais para a realização de estudos e implementação de projetos em tempo hábil, impactando diretamente nos prazos de execução do orçamento, que por sua vez agravava os problemas existentes.

A este momento, com fulcro na necessidade de conferir caráter permanente ao trabalho realizado pelo GT_ASP, foi criada pela Procuradora-Geral de Justiça, na estrutura do CEOSP, a Unidade de monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança – UMEP, sob a Coordenação do Promotor de Justiça Edmundo Reis Silva Filho, que já contando com uma interlocução junto às Universidades, propôs a criação do Programa A Academia Vai ao Cárcere, como forma de promover estudos sobre o tema, desenvolver com profissionais da Academia projetos específicos para a atuação frente aos problemas apresentados, além de promover o despertar da sociedade para a situação carcerária no Estado da Bahia através inserção do tema na formação dos jovens profissionais das mais diversas áreas.

A gravidade dos problemas públicos que se inserem no âmbito prisional é objeto de atenção especial do Ministério Público, cuja voz tem demandado, constantemente, aos diversos atores do sistema prisional, de um lado, a necessidade de visibilidade do sistema prisional como questão urgente e, sobretudo, necessária e, de outro lado, a imprescindibilidade de diálogo interinstitucional.

É com o viés de diálogo interinstitucional e, notadamente, de aproximação da sociedade civil com a questão prisional, que o Programa “Academia vai ao Cárcere” foi concebido em meados de 2017. Conformado pelos objetivos estratégicos nacionais, constantes do Mapa Estratégico de 2020 a 2029, de “Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional” e de “Intensificar o diálogo com a sociedade”, o Programa “Academia vai ao Cárcere” foi concebido no âmbito da Unidade de Monitoramento e Execução da Pena e Medidas de Segurança (UMEP) do Ministério Público do Estado da Bahia, tendo por objetivo principal promover integração entre os órgãos institucionais e a sociedade civil organizada para a melhoria do sistema prisional baiano por meio da utilização deste como laboratório de estudos e pesquisas que subsidiam projetos e ações a serem implementadas no seu âmbito.

Desse modo, o citado Programa visa emprestar materialidade ao que dispõe o artigo 4º da Lei de Execução Penal, de maneira a aproximar a comunidade, por meio da rede universitária, ao fenômeno do sistema prisional, em específico, o baiano, transformando-o em um locus de produção de conhecimento científico e de realização de trabalhos de extensão, que permitem, a um só tempo, melhor diagnosticar e conhecer os espaços de privação de liberdade baiano, e, igualmente, conformar

subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no sistema prisional e conferir consecução a projetos de implantação de melhorias em ações assistenciais, no viés educacional, laboral e cultural no sistema penal local.

O programa “A Academia Vai ao Cárcere”, com base nos seus objetivos e por meio do desenvolvimento dos projetos que o compõem, pretende promover impactos nos seguintes termos:

- Melhoria geral nas condições de encarceramento na medida em que desenvolve projetos e ações articuladas, com foco nos eixos de atenção ao interno, atenção ao agente penitenciário, arquitetura prisional, gestão e política prisional, ações junto à comunidade;
- Melhoria na formulação de políticas públicas com vistas a prevenção da violência na medida em que formula e fornece aos órgãos institucionais, além de estudos acadêmicos, uma base de dados capaz de possibilitar não apenas a macroanálise da população carcerária, mas também os detalhes sobre as unidades prisionais, as condições de encarceramento e o contexto social em que viviam os internos antes do encarceramento;
- Inserção do tema prisional nas grades curriculares dos alunos de graduação e pós-graduação, dos mais diversos cursos, a partir da promoção do contato de discentes e docentes com as atividades de execução da pena, formando profissionais mais completos, conscientes do seu papel social de fiscalizar o sistema prisional e prestar assistência aos internos, bem como da sua responsabilidade na reintegração daqueles que delinquiram.